

1º Reunião Câmara Temática Indígena REM FASE II/ AC



Centro de Formação dos Povos da Floresta
20 de Abril de 2018

Sumário

Apresentação	3
Mesa de Abertura.....	3
Informes	5
Resultados do REM fase I.....	6
Oficinas de formação.....	7
Formação dos AAFIs	7
Editais Indígenas	8
Agentes Agroflorestais Indígenas	9
Perguntas e discussões	11
REM FASE II.....	13
Perguntas e discussões	13
Apresentação das linhas temáticas - REM fase II	14
CPI: Formação Agentes Agroflorestais Indígenas	14
AMAAIAC: Pagamento de Agentes Agroflorestais Indígenas	15
Secretaria de Educação do Estado do Acre: Formação Intercultural	16
Resumo das discussões sobre REM fase I e II	20
Planejamento REM fase II.....	21
Cronograma de encaminhamentos.....	24

Apresentação

Este relatório apresenta o resultado das discussões da primeira reunião da Câmara Temática Indígena, da Comissão Estadual de Validação e Acompanhamento (CEVA) do Sistema de Incentivos e Serviços Ambientais (SISA). A reunião aconteceu no dia 20 de Abril de 2018, no Centro de Formação dos Povos da Floresta, um esforço conjunto entre a Assessoria de Assuntos Indígenas do Acre, Secretaria Estadual de Meio Ambiente (SEMA), Instituto de Mudanças Climáticas (IMC), Comissão Pró-Índio (CPI) e GIZ.

Os principais objetivos desta reunião foram:

- Resultados e Avaliação do Subprograma Indígena do Programa REM Acre Fase I
- Apresentação do Programa REM Acre Fase II/ SISA (Plenária)
- Encaminhamento sobre os próximos passos

Este relatório é resultado do trabalho coletivo das facilitadoras Renata Costa e Karla Dilascio (GIZ) e as assessora técnica Paula Lima Romualdo (CPI).

Mesa de Abertura

Magali Medeiros, diretora-presidente do Instituto de Mudanças Climáticas do Acre (IMC), deu início aos trabalhos chamando à mesa de abertura Adelaide de Fátima Oliveira, presidente da Comissão Estadual de Validação e Acompanhamento, Edgar de Deus, Secretário de Meio Ambiente do Estado do Acre, Zezinho Kaxinawá, Assessor Indígena do governo do Acre, e POA presidente da AMAIAC.



Foto: Paula Lima Romualdo (CPI)

Fátima Oliveira (CEVA)

“é sempre um prazer estar na CPI e desejar que todos saiam daqui com muitas esperanças, já que é um ano de muita produtividade”

Edgard de Deus (SEMA)

“Esta reunião é para podermos fazer a avaliação sobre os investimentos do REM fase I e planejar o que vem pela frente. Não medimos esforços para avançar. Precisamos fazer um esforço conjunto para a liberação do recurso do Banco Mundial. Temos o compromisso de ajudar o Zé de Lima para que possamos destravar isso. Essa reunião é de especial atenção, é muito importante por que estamos no final do nosso mandato, o esforço que foi feito pelo governo para atender as questões indígenas, CPI-Acre na área de formação. Precisamos que estes recursos cheguem lá na ponta. Queremos que essa política vá para frente a partir de 2019. Queremos que tenha uma distribuição equitativa para chegar na ponta. Contem com o governo, precisamos dessa energia com as lideranças para que essas políticas possam chegar na ponta. Destaco um esforço grande do Zé de Lima para que essas políticas possam avançar.”

Zé de Lima (Assessor indígena do governo do Acre)

“Contamos com 15 organizações indígenas dentro da Câmara Temática Indígena (CT), AMAAIAC, CPI, entre outras. Nos reunimos para antecipar essa reunião e dar agilidade para o REM fase 2. O objetivo dessa reunião é uma avaliação do REM fase 1. A participação da CT é importante para as decisões que serão tomadas.”

A abertura cultural foi feita por Ibã, que falou brevemente sobre seu trabalho junto com a CPI desde o ano de 1983, sua prática e pesquisa profunda sobre as línguas tradicionais, canto da ayahuasca, canto do batismo, canto dos legumes.

Posteriormente apresentou-se a dinâmica do dia.



Foto: Paula Lima Romualdo (CPI)

Informes

Magaly falou sobre a Conferência das Partes (COP23) que aconteceu no ano de 2017 na cidade de Bonn, na Alemanha. Segundo a diretora-presidente do IMC, o governo do Acre, representado pelo governador Tião Viana, que trabalhou na negociação com o governo da Alemanha para garantir a assinatura do contrato para o REM fase 2. Além da Alemanha, o Acre conseguiu 30 milhões de euros para a fase 2, recurso disponibilizado pelo Reino Unido. O modelo do Acre foi replicado para outros estados do Acre, como Mato Grosso. Eles vieram aqui no ano passado para entender como estamos desenvolvendo nosso trabalho. O Acre faz um grande esforço para possibilitar estes intercâmbios, como os eventos da Força Tarefa, pelo Instituto da Terra, e representantes de Roraima, Rondônia, Mato Grosso, Ministério Meio Ambiente, Funai e a GIZ.

As oficinas sobre as salvaguardas socioambientais, promovida pelo Ministério do Meio Ambiente, vêm destacando os avanços do Acre nesse tema, um exemplo para a construção do sistema de salvaguardas federal. A apresentação da Francisca Arara foi muito importante. Terão outras oficinas em Cuiabá, Belém, Belo Horizonte, e Brasília. É muito importante os povos indígenas estarem nessas discussões de REDD+.

A Força Tarefa, trabalho de agregação dos governadores a nível global, reunindo 9 países. A criação do comitê executivo, e dos GTs. Os primeiros que criaram seu GT foram os povos indígenas e comunidades tradicionais. Queremos fazer uma rede na Amazônia Legal. Fizemos essa iniciativa aqui no Acre para que outros representantes possam conhecer.

Nesta reunião, vamos apresentar o REM fase 2. Queremos um plano de capacitação para que possamos nivelar todos os estados e para que haja transparência nos estados. O Acre também foi referência no encontro realizado entre Colômbia, Equador e Brasil. Também recebemos a visita da Colômbia, Peru e Equador. É um esforço coletivo para apresentação de todos esses resultados.

Resultados do REM fase I

Esta sessão resumiu os resultados apresentados sobre o REM fase I por linha temática e seu processo de avaliação coletiva.



Foto: Paula Lima Romualdo (CPI)

Oficinas de formação

Larissa Barbosa, técnica do IMC, apresentou o histórico das formações promovidas pelo IMC para os representantes do Grupo de Trabalho Interinstitucional Indígena, agora Câmara Temática Indígena. Ressaltou que a as oficinas é a principal iniciativa do IMC para a formação dos povos indígenas do CT indígena, cujo objetivo principal é:

“Promover intercâmbio de conhecimentos sobre as mudanças climáticas colocando em evidência o papel das florestas e das terras indígenas na mitigação dos efeitos das mudanças do clima, ampliando o conhecimento sobre serviços ambientais a partir da política do estado, no marco da Lei 2308 de 22 de outubro de 2010, que criou o Sistema Estadual de Incentivos a Serviços Ambientais (SISA).”

O público-alvo são os representantes do GT indígena, professores indígenas e AAFIs. As oficinas abarcam os seguintes temas:

- Sistema de Incentivos a Serviços Ambientais
- Florestas
- Mudanças do Clima
- REDD+
- Serviços Ambientais
- Programa REM
- Salvaguardas Socioambientais

As oficinas presam metodologias interativas, e levantamentos e percepções, produção de textos, desenhos. O público alcançado em cada oficina, foi de quase 40 pessoas. As últimas oficinas foram levadas para o Juruá. Realizamos uma oficina na Yorenkantame e outra nos Puyanawa. Foram contemplados 104 representantes em 19 terras indígenas.

Formação dos AAFIs

Paula Lima Romualdo apresentou os resultados do curso de formação dos Agentes Agroflorestais Indígenas (AAFIs). O objetivo da formação é de:

“Consolidar a gestão territorial e ambiental e da produção sustentável nas Terras Indígenas”

O curso aconteceu graças ao convênio do Fundo Estadual de Florestas, via SEMA, e CPI-Acre, cujo valor total foi de R\$ 165.918,36, sendo R\$147.000,00 pela concedente e R\$ 18.918,36 contrapartida da CPI-Acre. O projeto teve duas metas:

- apoio institucional para aquisição de material de informática para o uso dos alunos durante o processo de formação;
- realização do XXIV curso de formação de AAFIs no centro de formação
- produção de material didático, sobre o projeto Cadeias de Valor em Terras Indígenas no Acre, onde foi muito destacada a produção dos SAFs.

O curso tem total de 190 horas divididas entre:

- Informática e Registro de Pesquisa: 66 horas
- Passos da Pesquisa: 12 horas
- Pesquisa CDPI, produção de texto e ilustrações: 40 horas
- Produção de material didático: 12 horas
- Orientação monografia: 60 horas (elaboração de roteiros de pesquisa)



Foto: Paula Lima Romualdo (CPI)

Editais Indígenas

Marcelo Piedrafita (SEMA), apresentou os resultados dos editais indígenas, formação e pagamentos de AAFIs. Segundo Marcelo, 50% das TIs foram beneficiadas. O resumo dos gastos do REM fase I é apresentado na tabela abaixo.

	R\$	%
Editais e Projetos em TIs	2.280.753,00	
Projetos I Edital	1.340.753,00	
Projetos II Edital	580.000,00	30,0
Outros Projetos	270.000,00	
Apoio a Festivais de Cultura	90.000,00	
Formação	707.296,80	
GT Sisa e Oficinas de Formação	437.296,80	9,3
Formação de AAFIs	270.000,00	
Pagamento AAFIs (2016-2017)	4.623.940,00	
Convênio (Valor Original)	3.558.940,00	60,7
I Aditivo Valor (Jan-Julho 2017)	700.000,00	
II Aditivo Valor (\$ REM II) (Agosto-Nov 2017) *	365.000,00	
Total	7.611.989,80	100,0

* Valor Já Aditivado para Pagamento AAFIs (Dezembro 2017-Junho 2018)

O recurso foi dividido de acordo com os pontos apresentados abaixo:

- 30% editais de projetos:

1º edital: recebeu 18 projetos, 12 foram aprovados, totalizando 11 associações divididas em 12 Terras Indígenas e 7 povos

2º edital: recebeu 24, 7 aprovados, 6 associações, 7 Terras Indígenas e 6 povos.

Somados à: reforma da Arena dos Poanawa e apoio para festivais indígenas

- 60,7% pagamento de AAFIs: 145 AAFIs, em 28 TIs, 15 povos

- 9,3% foi dedicado para formação

Agentes Agroflorestais Indígenas

Francisca Arara (AMAAIAC) apresentou as duas décadas de trabalho dos Agentes Agroflorestais Indígenas (AAFIs) ressaltando o importante trabalho exercido por eles. Segundo Francisca, nestes anos os AAFIs assumiram a condução de iniciativas que dialogam com a política de gestão territorial construída pelo governo do estado do Acre, sociedade civil e as organizações indígenas. Essa política tem nos Etnozoneamentos/ Etnomapeamentos e Planos

de Gestão Territorial e Ambiental, importantes instrumentos de diagnóstico, planejamento e implementação de ações destinadas a fortalecer a produção agroflorestal, a segurança alimentar e a vigilância territorial nas comunidades visando a conservação das florestas e a valorização cultural.

Francisca apresentou os valores destinados ao pagamento dos AAFIs por período, resumido na tabela abaixo.

Período	Recurso
2014 – Dezembro/ 2016	R\$ 3.558.940,00
Janeiro – Julho/ 2017	R\$ 700.000,00
Agosto – Novembro/ 2017	R\$ 365.000,00
TOTAL REM I	R\$ 4.623.940,00

Ressaltou a importância dos AAFIs pensarem para além das bolsas, a necessidade de monitorar os resultados do trabalho dos AAFIs nas aldeias. O trabalho dos AAFIs é produção, “não é ficar na cidade, está tirando o trabalho do foco do trabalho, as lideranças aqui presentes têm que cobrar, não é responsabilidade só da AMAAIAC. Tem AAFI querendo levar a AMAAIAC no Ministério Público, por que os AAFIs não somos nós, e sim a base. Tem AAFI que não está fazendo nada, mas tem gente fazendo, não podemos generalizar.”

Os resultados do programa de fortalecimento dos AAFIs do REM fase I foram:

- Visitas às 26 Terras Indígenas, 14 povos, 192 aldeias, 19.957 pessoas beneficiadas
- 149 AAFIs receberam as suas bolsas auxílio
- materiais: “Revista Sumaúma” e “Diário dos AAFIs”

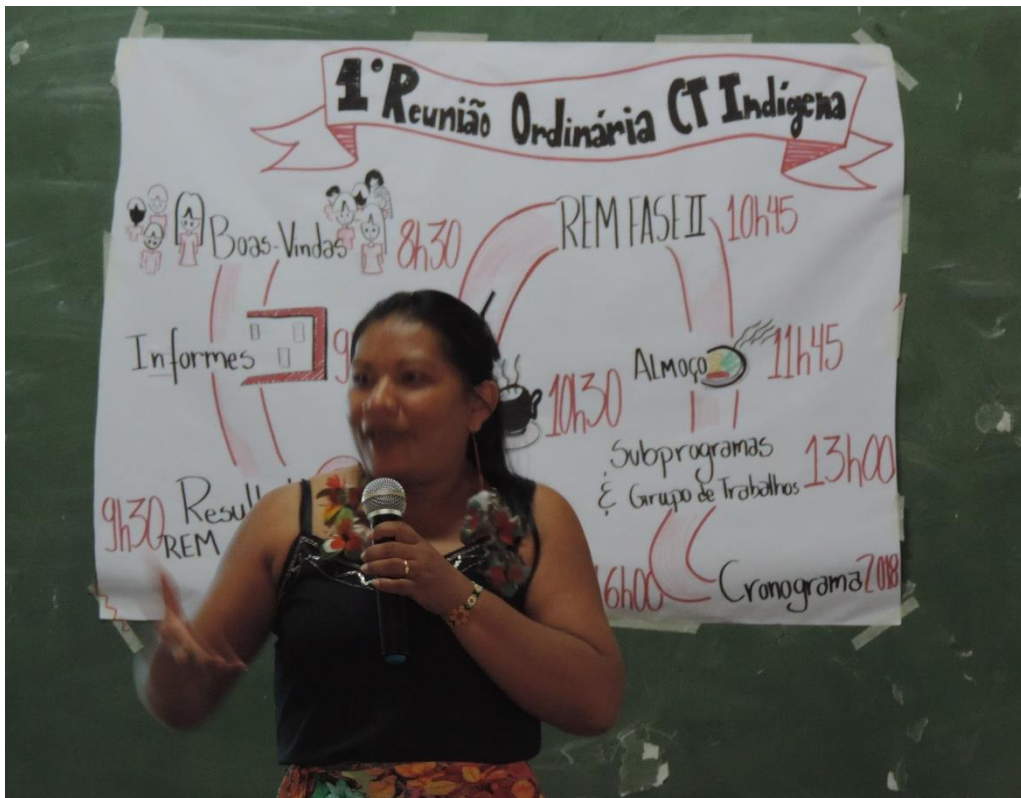


Foto: Paula Lima Romualdo (CPI)

Perguntas e discussões

Pergunta: Como ficará a situação dos Jaminawa no REM fase II?

Resposta 1: O programa REM é da jurisdição do estado, é do território do acre. Infelizmente o Amazonas não avançou com seu programa de REDD+. É importante que os Jaminawa acessem os recursos do REM. A participação do Aderaldo, uma forte liderança, é importante que ele participe das oficinas de formação. Quem fez parte do GTI, vai fazer intercâmbio quando fizermos intercâmbio junto com a secretaria de educação. Onde a gente for nas TIs Jaminawa, sempre queremos levar você, para multiplicar para os Jaminawa das outras TIs. Não podemos pagar recursos do REM no território do Amazonas. Contamos com sua participação para mobilizar os Jaminawa aqui do Acre. Contamos com apoio da GIZ nesses intercâmbios.

Resposta 2: não conseguimos avançar nesta conversa com o Aderlado. Os professores e escolas são do Acre. Colocar para o CTI essa participação dos Jaminawa.

Comentário: Temos que ter cuidado com a execução dos nossos projetos. Chamar atenção para a responsabilidade da CT, para que as comunidades consigam desenvolver seus projetos. Não podemos gastar os recursos dos projetos de qualquer jeito. O Acre é pioneiro na questão indígena, têm lideranças antigas que começaram esse movimento, depois da UNI não surgiu nenhuma associação que nos representasse nosso movimento unido.

Pergunta: Quando começou o REM fase I? Quais as TIs e povos foram contemplados? Sobre a Francisca, esses 4 milhões e o adicional, já caiu na conta? Por que os editais indígenas não chegam para o Mamoadate?

Resposta 1: é uma política do estado que através de uma lei criou o SISA, em 2010. O primeiro programa foi o REDD. Os recursos que recebidos, que o banco alemão premiou esses países que conservam suas florestas. Em 2012 começou a reduzir o desmatamento. O governo federal faz esse monitoramento, a gente valida e manda para o KfW e isso é convertido em recursos. São repartidos para povos indígenas, populações rurais e ribeirinhos. A câmara temática faz a discussão de como vamos trabalhar os recursos, passa pela CEVA, e, posteriormente, começamos a desenvolver os projetos. O recurso era para aqueles que não haviam acessado o primeiro edital, foi um critério para o segundo edital. Agora vamos discutir como será a prioridade para acessar o terceiro edital. O edital é publicado no diário oficial, quem faz parte da comissão não pode apresentar projetos, porque são avaliadores.

Resposta 2: Shawadawa, Puyanawa, Nukini, Kaxinawa do Caucho, Carapanã, Gregório, Purus, Kaxinawa do Humaitá, Kaxinawa da Colônia 27, Yawanawa, Kaxinawa do Baixo Jordão, Seringal Independência, Kaxinawa do Alto Jordão Kampa do Prima Vera, Katukina/Kaxinawa, Noke Koe, Manchineri, Kaxinawa do Novo Olinda, Kaxinawa Ashaninka do Rio Breu, Nawa, Jaminawa do Bajé

Resposta 3: Só a folha de 8 AAFIs recebendo 6 machineri e 2 jaminawa.

Resposta 4: não foi simples por que tivemos que apropriar de um processo novo e aos poucos isso vai traduzindo nas aldeias. Identifico para próxima fase, são poucos que tem o entendimento de como são esses processos. Amadurecemos muito nessa primeira fase e essa fase dois vai permitir para que possamos conversar mais junto as nossas comunidades. Antes tinham uma conversa que estávamos vendendo as TIs, nosso espírito, nossa alma, o tempo foi mostrando que não foi bem isso. Tivemos domínio e apropriação deste programa, tanto das lideranças indígenas, estado e instituições parceiras. Avalio muito positivamente essa fase 1.

REM FASE II

As discussões sobre o REM fase II se inicia com a apresentação dos recursos desta fase, pela diretora-presidente do IMC, descrito abaixo.

Volume total de recurso do Projeto REM Acre Fase II:

30 Milhões de Euros + 109 Milhões de reais

Previsão de 4 anos de desembolso: 2017 - 2018 - 2019 - 2020

O recurso, nesta fase 2 será gerido pela Seplan, não mais a SEMA. É necessário garantir as reduções de desmatamento, normativas para que o programa aconteça e fazer os registros dessas reduções, é imprescindível a articulação com a política federal. Carbono hoje vira dinheiro, por conta da redução do desmatamento, que gera dinheiro para projetos.

É uma previsão de 30 milhões de euros para 4 anos, mas vai depender se mantivermos os índices de desmatamento. Primeira parcela, de 12 milhões de reais, sendo que 12% para TI, 30% interno, 25% pecuária diversificada sustentável e 33% território da produção familiar sustentável.

O volume total de recurso do Subprograma Indígena é de 12%, mais ou menos 13 Milhões de reais. Temos 7 linhas de ação, dentro da questão indígena temos que alcançar 30 agentes AAFI em 4 anos tendo como sub executora a SEMA. A tabela abaixo apresenta o resumo de valores por linha temática do programa REM fase II.

Linha	Recurso
Pagamentos de AAFIs	R\$ 6,6 Milhões
Formação e Capacitação de AAFIs	R\$ 2,2 Milhões
Implementação dos PGTAs	R\$ 3,2 Milhões
Formação Intercultural Diferenciada Indígena	R\$ 1 Milhão

Perguntas e discussões

Pergunta: Em caso de remanejamento dos recursos, quero saber como vamos resolver isso? É um trabalho sensível e precisamos contar com o trabalho de cada um. Espero que nossas necessidades sejam atendidas nesse enquadramento que vocês levantam das possibilidades do REM 2. Qual o prazo que temos para executar, se já tem os recursos já definidos? Todas as reuniões que participo não há conversas sobre o fortalecimento das organizações indígenas.

Resposta: na reunião de Cruzeiro do Sul fizemos uma avaliação que precisamos de ações que investem em elaboração de projetos, para auxiliar na execução dos recursos. Temos que aprender como elaborá-los para facilitar o seu acesso. A avaliação apresentou que o REM fase I tivemos muitos resultados nas TIs,

mas que tivemos problemas na execução dos 8 projetos. Agilidade para captar e para executar os recursos. A SEPLAN é muito rígida no monitoramento. O monitoramento do IMC é para saber se ano a ano vamos garantir os resultados esperados.

Pergunta: Em relação a implementação dos PGTAs, tem critérios para esta distribuição de recursos se amplie, mas também tem que ter propostas, que precisam ser avaliadas. A gente sabe que tem TIs sem associações. Como podemos pensar em outra maneira que estas TIs possam acessar os projetos?

Resposta: É necessário gerenciar e monitorar para que as comunidades consigam se organizar melhor. É preciso do acompanhamento do CTI para que os projetos deem certo. Quando saiu esses editais a gente não ficou sabendo. E quando os projetos são aprovados tem que colocar em prática. Os órgãos do governo precisam disponibilizar uma equipe técnica para apoiar na elaboração destes projetos. Por que dependendo da região não há informações e acesso para captar esses recursos.

Vamos esforçar para que aquelas terras que não acessaram, possam ter prioridade neste próximo investimento.

Apresentação das linhas temáticas - REM fase II

Esta sessão apresenta o resumo das propostas de trabalho para cada linha temática proposta para o REM fase II.

CPI: Formação Agentes Agroflorestais Indígenas

A técnica Josy, da CPI, apresentou a proposta das ações necessárias para a formação de 50 AAFIs até 2020. A expectativa de resultado é que esses AAFIs até 2020 concluam sua formação técnica de nível médio integrada à educação básica na modalidade de jovens e adultos (como previsto na Proposta Político-Pedagógica e Curricular de Formação).

A tabela abaixo apresenta o detalhamento da proposta.

Temas	Detalhamento
Cursos Intensivos	4 cursos: 1 curso (2018), 2 cursos (2019) e 1 curso (2020)
Cursos Intensivos nas aldeias ou Oficinas Itinerantes	5 oficinas ou cursos intensivos nas Tis: 1 oficina (2018), 2 oficinas (2019) e 2 oficinas (2020).

Publicações	São propostas 6 (seis) publicações: 1 livro (2018), 3 livros (2019) e 2 livros (2020).
Diagnóstico e Seminário	“Fortalecendo a Formação dos AAFIs: percursos formativos e projeções de continuidade” “Fortalecendo a Formação dos AAFIs: percursos formativos e projeções de continuidade”

Perguntas e discussões

Pergunta: Existe a possibilidade de ingressar mais AAFIs no processo de formação

Resposta: os AAFIs que já estão na lista de bolsa que a AMAAIAC já trabalha nesse momento. Todos os formados saem com certificado de ensino médio profissionalizantes. O critério para essa nova formação é para os AAFIs que já recebem bolsa pela AMAAIAC. Em 2017 saiu a lei que para receber a bolsa está condicionada quem está em processo de formação. As oficinas e assessorias são realizadas na TIs, quem vai fazer curso vai ser assessorado em TI.

Existem dois grupos que não são formados. Esse deve ser o recorte no grupo que entrará no processo de formação.

O Acre tem um total de 182 AAFIs, 149 recebem bolsa, 32 já estão formados, os demais estão em níveis de formação distintos que irão passar pelo processo de formação.

AMAAIAC: Pagamento de Agentes Agroflorestais Indígenas

Apresentação da Francisca Arara, AMAAIAC, apresentou o planejamento inicial do pagamento dos AAFIs. No total serão 6 milhões de reais, até 2020. No REM fase I acessamos 167.000 reais. A AMAAIAC acompanha quem está recebendo bolsa, temos custos de equipe, apoio administrativo, materiais. A AMAAIAC tem interesse de não responsabilizar mais pelo pagamento da bolsa dos AAFIs.

Segundo Malu (CPI), a AMAAIAC tem um grande desafio, por que não é responsabilidade da AMAAIAC pagar pelas bolsas, existem outros trabalhos importantes que podem realizar. Para Francisco Ashaninka, integrante do CT Indígena, existe uma dificuldade na operacionalização dos processos de pagamento de bolsas aos AAFIS que precisa ser resolvida. Como vai se dar o processo daqui para frente, por que existe um desgaste para a AMAAIAC. Conseguimos dar um passo adiante, para acompanhar de perto esse processo e avançar. Não podemos dispersar, e sim somar forças para daqui para frente para evitar os desgastes que estão acontecendo. Para o presidente da AMAAIAC, existe muita cobrança das lideranças, que quer denunciar a associação ao Ministério Público: “se é para fazer o pagamento que seja o governo, por que já temos nossos problemas particulares”.

Segundo Magali, está é uma questão de autonomia da instituição e que deve ser decidida em Maio, por que o espaço do CT Indígena não pode tomar esta decisão sozinho. É importante a AMAAIAC fazer urgentemente uma reunião com a assessoria indígena e associados. Francisca ressaltou a emergência do problema e já colocou esta pauta para ser discutida no planejamento da AMAAIAC.

Vera (FUNAI) reforçou que as decisões políticas e autônomas da AMAAIAC não passam por governo e nenhum indigenista. Reitera a necessidade da AMAAIAC retomar a autonomia de decisão política, e não misturar com governos.

Secretaria de Educação do Estado do Acre: Formação Intercultural

Paulo, assessor da Secretaria de Educação do Estado do Acre, apresentou a proposta de Formação Intercultural Indígena.

Segundo Paulo, desde 2012, a Secretaria de Educação do Estado não recebe recurso do FNDE e existem dificuldades burocráticas para gastar os recursos do FNDE.

Para a elaboração da proposta a CPI, OPIAC, AMAAIAC, foram consultadas e pensou-se como esta linha temática poderia ser desenvolvida de forma a articular vários atores nas TIs: professores, AAFIs, entre outros. Como possibilitar a articulação desses indivíduos nos processos escolares que eles estivessem. Nessas ações foi sugerido que tivéssemos a presença da OPIAC, fortalecendo a relação desta instituição com a SEE e professores indígenas. A fase de licitação é muito importante por que é quando se define quando começam as atividades. Fizemos já os Termos de Referência e os orçamentos foram enviados a SEPLAN.

Perguntas e discussões

Segundo a AMAAIAC, em todas as conversas deixaram claro a necessidade de se ter cuidado com esta formação, por que se sabe que existem recursos do FDN no estado e que estes não estão sendo gastos. A grande preocupação dessa formação na aldeia é como ela irá complementar o trabalho dos AAFIs e aproveitar os técnicos pedagógicos presentes nas TIs. A formação presencial está carente, e os povos indígenas estão apontando suas preocupações. Queremos valorizar os nossos professores, por que a equipe da Secretaria de Educação do Estado SEE não tem equipe suficiente.

A formação sempre é discutida nessa direção, a gestão territorial é transversal em todas nossas ações em TIs. É necessário entender melhor quando esta formação irá começar e se terá sobreposição de recursos nas TIs, referentes às formações dos AAFIs, oficinas do REM e formação intercultural. É necessário pensar na otimização dos recursos, mas também ter o cuidado em relação a sobrecarga no volume das atividades voltadas aos indígenas. A

agenda dos AAFIs já traz um movimento de apoio grande de formação, este diálogo é bem antigo. Precisamos construir juntos, a SEPLAN volta com a questão da tutela.

Pergunta: Qual o montante de recursos que tem para esta agenda? Estamos participando de fato na construção e ajustes do REM fase II, ou vamos legitimar um processo que já está pronto?

Resposta: A diretora-presidente do IMC coloca que o objetivo da reunião que as linhas temáticas do REM fase II e a formação intercultural indígena já foram apresentados e aprovado pelas lideranças, na presença do governador. É importante partir desta decisão. As mudanças não são feitas sem a autorização do banco. Existe 6 milhões de reais no caixa e este grupo precisa decidir como este recurso será gasto da melhor forma possível.

Pergunta: Queremos saber qual será nossa meta até 2020, será que vamos ter condições para executar esse recurso?

A proposta era discutir o recurso que tem que ser gasto esse ano. Já estamos no final de abril e nada foi deliberado. Os recursos estão parados e deveriam estar chegando nas comunidades, pelo entendimento, não pode ser remanejado devido as rubricas. E tem muitos que não foram consultados devido as rubricas.

Comentário: As atribuições durante a execução deste recurso parecem não estar clara, então, temos uma preocupação em um dos pontos de execução. Qual a finalidade desse colegiado, porque até então não entendemos, como é feito a consulta a ele? Tem que ficar claro, que há um atraso significativo no pagamento das bolsas do AAFIs. Temos uma grande tensão, na educação escolar indígena no Acre. Infelizmente, não conseguimos tirar das reuniões ações concretas dentro do colegiado. Temos que ter tranquilidade para sabermos que estamos em um ambiente de tensão, diante da falta do pagamento dos AAFIs e esse passivo da educação escolar. Temos que olhar para essas tensões.

Pergunta: Não entendi o que foi colocado sobre interculturalidade, e sobre o reembolso para o pagamento dos AAFIs?

Resposta: No convênio a definição do FNDE nos impedem em como podemos investir, nos impedindo de fazer mudanças porque já estão especificados. Por exemplo, fala de comida pronta, o que não pode ser adquirido na aldeia, ou o aluguel de barco. Estamos indo para Brasília para discutir com o FNDE como o recurso pode ser gasto, já que os regramentos colocados pelo banco impedem que as secretarias possam realizar as suas atividades. Outro problema desse recurso do FNDE, é que ele é feito através de um diagnóstico, e ele é liberado uns dois ou três anos e o cenário já mudou, quando vamos executar as coisas já estão mudadas. Os recursos para diagnósticos, estão fechados para

financiamento. O MEC não se entendeu no período que era para executar o recurso, e o mesmo não foi gasto. Queremos executar os recursos, mas existem essas dificuldades. Não queremos que ações que por lei devem ser financiadas pelo FNDE sejam feitas com outros recursos, claro que por outro lado devemos buscar novos recursos. Desde 2012 não estamos com novos recursos do FNDE. Outra questão é que eles já trabalham com uma tabela de preço, como é o caso do combustível, que o recurso é de 3,5 reais, sendo que em Rio Branco o preço é de 4,85 reais e nos municípios chega a 7 reais o litro.

Pergunta: Existe sobreposição de ações entre AAFIs e a formação intercultural?

Resposta: Sobre a formação de professores e AAFIs não há sobreposição de ações, elas são complementares. O que sim pode ser dito é que as duas ações podem dialogar mais, para sacar maior proveito. A importância dessa formação intercultural é a formação dos professores, que deve atender às especificidades de cada lugar.

Pergunta: Nesse caso, o que foi colocado é que este recurso é a salvação para o programa de formação da secretaria de educação do estado do Acre?

Resposta: Não diria salvação no sentido negativo, mas no sentido positivo diria que viabiliza ações. Amplia as possibilidades de execução de nossas atividades. Ela inova porque pela primeira vez vai ter formalizado algumas ações e iniciativas que surgiram na aldeia. Por exemplo, o diálogo entre o agroflorestal e o professor, esse diálogo ser transformado ações pedagógicas positivas, inovando políticas públicas.

Comentário 1: Uma coisa é a formação dos professores indígenas. Há vários dias venho provocando para ter uma reunião do grupo de trabalho dos professores indígenas. Não é uma questão do coordenador da parte de educação indígena na secretaria, é o lugar da formação dos professores no meio disso tudo.

Comentário 2: Estamos aqui para tentar executar esse recurso o mais rápido possível, estamos em ano eleitoral, não precisa entrar em confronto com o outro, o recurso já está aí e temos que gastar logo e da melhor forma possível. Acho que nos grupos de trabalho temos que discutir isso, se não está legal esse modelo que o Paulo apresentou, temos que ver como ficaria melhor, o que tem que mudar. Temos que ver a possibilidade de mexer em algumas dessas linhas (financiamento REM), que não pode ser executado, como a gente pode acessar e gastar da melhor forma possível. Essa fala não é minha, estou falando do que foi comentado aqui.

Comentário 3: Inicialmente, o banco alemão queria fazer uma divisão igual para todos os anos. Fomos lá e apresentamos para o banco que tivemos uma redução no desmatamento e conseguimos mais recursos. Esse recurso, do que foi apresentado aqui para formação de AAFIs e a intercultural, são recursos que já estão garantidos dentro do edital. A gente já pode gastar esse recurso? Pode!

Precisa de autorização do banco para isso? Não, é uma decisão desse grupo aqui. Por isso é importante avaliar e discutir sobre as apresentações que foram feitas nessa tarde e chegar a uma decisão.

Comentário 4: Sobre a burocracia, acho que é o momento de a gente levar essa demanda para a SEPLAN. Também é o momento de decidir como vamos gastar esses recursos nas TIS, se vai poder ter instituições aglutinadoras, enfim, temos que decidir isso aqui.

Pergunta: Quais são as possibilidades agora de passar os créditos de carbono para as TIS?

Resposta: O governo federal não reconhece uma forma de transferência direta de recurso por meio dos créditos de carbono. Dentro das regras que são trabalhadas, não há possibilidades. Qualquer tipo de pagamento direto, se se abre para um grupo, tem que abrir para todas as comunidades. Mas não se pode esquecer que podem ser apresentados projetos para tal. Vamos lembrar que também depende de uma negociação direta com o governo federal.

Sobre essa formação, por mais que já esteja em execução, é importante que seja aberto para discussão, ou então não está cumprindo com os princípios do KfW, do SISA, do conselho. Tem que investir recurso para garantir a participação, ou então não haverá governança participativa.

Encaminhamentos - Formação Intercultural Indígena

A tabela abaixo apresenta o resumo das principais perguntas e respostas sobre a formação intercultural.

Perguntas	Respostas
Onde começa e onde termina o processo de formação intercultural?	Vai atingir professores de diversas formações (ensino infantil, fundamental e médio)
Qual a convergência da formação intercultural com o programa de formação de agentes agroflorestais indígenas? Terá sobrecarga ou sobre posição de recursos? Podemos aproveitar os potenciais do município para a formação?	É necessário afinar as complementariedades entre a formação intercultural e os AAFIs. Dialogar melhor com a formação dos professores com os AAFIs.
Quais os benefícios concretos para o povo?	Qualificação dos professores e fortalecimento da agenda A formação intercultural é uma inovação pedagógica que permitirá

maior interação entre os agentes
agroflorestais e professores

Os encaminhamentos acordados foram:

- Discutir sobre este tema no GT indígena do Comitê Estadual de Educação
- Sugestão do grupo: discutir a definição de uma rubrica para o recurso destinados aos agentes agroflorestais indígenas

Resumo das discussões sobre REM fase I e II

A Tabela abaixo sistematiza os pontos mais relevantes sobre a avaliação do REM fase I e as discussões do REM fase II.

	Avaliação REM fase I	Discussão REM fase II
Decisões para o REM fase II	Situação dos Jaminawa para o REM/ Acre fase II	É importante entender de onde vem o recurso e repassar os números à câmara temática
	Plano de gestão da TI Katukina Kaxinawá	Rever os recursos, as metas e o valor total para pensarmos em remanejamento de valores entre linhas temáticas
	Houve dificuldade na execução dos recursos do REM fase I	Como será a execução dos recursos de formação?
Esclarecimentos	Fortalecer o movimento indígena do Acre/ Os indígenas precisam continuar participando da construção do processo	Qual o prazo para executar o recurso?
	AAFI é um trabalho particular ou coletivo?	Entender melhor qual a burocracia ligada ao repasse do recurso uma vez que a SEPLAN assume esta gestão
	Editais: quando começou? Qual TI participou? Por que os recursos não chegaram em Assis?	Fortalecimento das organizações indígenas
		Prioridades
		Treinamento das associações e organizações indígenas para gerenciamento de recurso

Equipe de assessoria técnica para auxiliar as associações gerenciarem seus recursos

Os recursos devem chegar para as Terras Indígenas que não acessaram o recurso

Necessário foco no fortalecimento cultural

Planejamento REM fase II

Durante todo o dia muitas foram as discussões em relação tanto a avaliação do REM fase I quando as linhas temáticas do REM fase II. A Formação Intercultural foi a linha temática mais discutida e ainda a ser esclarecida. O momento de planejamento para o REM fase II ficou para o final da reunião. Por causa do avançado do horário, o grupo discutiu o que seria melhor discutirmos neste momento. Abriu-se então um momento de rica discussão apresentado nas falas e comentários abaixo.

Comentário 1: temos que ver quanto que tem para editais e aí definir quanto que pode ir para cada TI. Relembro que tem algumas terras que por sua situação legal quanto à associação, não podem acessar os editais, então outra coisa é definir se esse recurso só poderá ser acessado através de editais, sabendo que alguns não poderão acessar. Lembrando que teve organização que pode ajudar 3 terras, como foi o caso da OPIRJ

Comentário 2: não se precisa pensar em um volume grande de recurso, mas pensar um pouco de uma maneira aberta quando realmente será necessário. Eu falo em nome da OPIRJ porque sei da importância que ela tem

Comentário 3: sabemos da urgência de esses projetos serem implementados, mas muitas vezes os projetos chegam com proposta que não podem ser contempladas ou que não contam com tudo que é necessário, mesmo que sejam muito bons. Por isso, nós temos que ver a importância dessas organizações aglutinadoras para apoiar quem não pode concorrer

Comentário 4: a gente percebe que tem muita gente que está chegando aqui hoje e precisa tirar dúvidas, ou ter um ponto de atenção, estas discussões e dificuldade de diálogo é um retrato de como a governança está funcionando aqui. Temos que manter a informação viva, e não concentrada em determinadas figuras, em determinados grupos. A GIZ tem que pensar isso, junto com a CEVA e outros grupos. Temos que traduzir isso como ponto de atenção, como uma proposta

Comentário 5: no ano passado já teve uma proposta em relação a isso. O Joaquim Taska fez a proposta de um grupo que já acompanha a CEVA há mais tempo, possa estar indo nas aldeias fazendo oficinas sobre o SISA, o clima e floresta. Na última avaliação da formação, a gente viu que a gente fica só no nivelamento básico. Só para registrar que já houve essa proposta e que a gente vai manter ela esse ano

Comentário 6: então, quem que tem que compor esse grupo de estudo: a CPI-Acre, a SITUAKORI, a assessoria indígena quando precisar, assim a gente conseguiria responder essa questão da governança. Relembrou que a ideia era ter um pequeno grupo para discutir mais o tema. A questão de valores foi decidido aqui no ano passado

Comentário 7: Este colegiado tem um plano de trabalho? Se não tem, é importantíssimo fazer, seria uma forma de responder a algumas questões. Outro encaminhamento é a reunião para elaboração do edital, depois tem ajustes e mais discussões que devem ser feitas. Tem muitas coisas para tratar/marcar em outras reuniões, essas tensões que apareceram aqui: elaboração de edital e bolsa dos AAFIs. As outras coisas, formação, fortaleza da câmara, entre outras.

Comentário 8: Acho que é importante a CPI-Acre e a SEE apresentem o que podem fazer até o final do ano e a gente ver o que fica de recurso e a gente olha o que pode ser utilizado, e teremos uma folga para investir mais em editais. Francisco: tem previsão para o lançamento do edital. Semana que vem será que vai dar?

Comentário 9: encaminhamos com a base de 100 mil reais por projeto e a comissão avalia junto com a SEE e CPI-Acre o que pode ser remanejado de recurso. Outra coisa é que a gente já tem um plano de trabalho para esse ano, que define essas prioridades, mas esse recurso não sai desse recurso apresentado, por isso a gente não apresentou aqui. Sobre o questionamento do Aderaldo, sobre como o povo dele pode acessar o recurso (que está espalhado em vários territórios). Essa comissão tem que discutir isso.

Ao final o grupo decidiu discutir sobre as prioridades dos editais do REM fase II e seus critérios de seleção. O resultado da discussão é apresentado na tabela abaixo.

Prioridade dos editais		Critérios
PGTAI	Elaboração e implementação	Priorize a elaboração de planos de gestão Fortaleça a implementação e elaboração dos PGTAIs
Fortalecimento das associações	Capacitação de organizações e associações indígenas	Fortaleça as associações comunitárias Contemple TIs que não foram atendidas pelo REM fase 1
	Projetos para melhoria das criações e roça	Apoie a garantia da segurança alimentar
	Reflorestamento	
Formação continuada	Agentes Agroflorestais Indígenas	Contribua com a conservação e uso sustentável da floresta
Editais específicos para gênero		Contemple a questão de gênero
Fortalecimento cultural	Festivais	
	Trabalho com ervas medicinais, parteiras, construções de espaços tradicionais	

Dentro os pontos de discussão foram levantados alguns pontos de atenção para serem desenvolvidos em outras reuniões ou oficinas:

- Fortalecimento da governança da CT Indígena
- Circulação de informação
- Elaborar ou resgatar o Plano de trabalho do CT indígena
- Revisar o orçamento das linhas temáticas da componente indígenas para colocar nos PGTAIs



Foto: Paula Romualdo Lima (CPI).

Cronograma de encaminhamentos

Data	Evento	Pautas
25/04	1º Reunião da Comissão	Elaborar edital Encaminhamento sobre os Jaminawa Proposta de data e pauta para a próxima reunião
08/05	Lançamento de editais	
25/05	Missão KfW no Acre	
25 a 26/05 (proposta)	Oficina de governança	Definir pautas coletivamente (proposta: Cruzeiro do Sul)
Novembro	Seminário de Avaliação	Definir pautas coletivamente

Este relatório apresenta o resultado das discussões da primeira reunião da Câmara Temática Indígena, da Comissão Estadual de Validação e Acompanhamento (CEVA) do Sistema de Incentivos e Serviços Ambientais (SISA). A reunião aconteceu no dia 20 de Abril de 2018, no Centro de Formação dos Povos da Floresta, um esforço conjunto entre a Assessoria de Assuntos Indígenas do Acre, Secretaria Estadual de Meio Ambiente (SEMA), Instituto de Mudanças Climáticas (IMC), Comissão Pró-Índio (CPI) e GIZ.